

ATA NÚMERO 148/XII (3.ª)

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional na sequência do requerimento conjunto apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP para prestar esclarecimentos sobre o novo modelo de governo da RTP, SA.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional iniciou a sua intervenção tecendo algumas considerações acerca da reforma global do serviço público de rádio e de televisão.

Começou por referir que, das três propostas de lei apresentadas pelo Governo na Assembleia da República para o sector da comunicação social, duas delas visavam adequar as Leis da Rádio e da Televisão ao novo contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão — propostas de lei n.ºs 194/XII(3ª) e 196/XII (3.ª) — e a outra tinha como objetivo alterar os estatutos da RTP, introduzindo um novo modelo de governação — proposta de lei n.º 195XII (3.ª).

Em relação ao novo contrato de concessão, disse que, uma vez concluído o processo de consulta pública, o Governo tinha introduzido vários dos contributos recebidos no documento final, embora sem alterar os elementos fundamentais da sua proposta inicial, que estava à espera de receber os pareceres da ERC e do Conselho de Opinião da RTP, mas que assim que os mesmos lhe fossem entregues daria conta deles à Assembleia da República.

Sublinhou, também, que o novo contrato de concessão visa estabelecer uma orientação estratégica clara para o serviço público de rádio e de televisão, e que os três grandes princípios que o norteiam são os de ser um regulador de qualidade do audiovisual, sobretudo através de uma

programação diferenciadora, um dinamizador da produção audiovisual independente, e de ter uma função de promoção de Portugal no mundo, sobretudo em termos culturais e económicos.

Quanto à segunda grande área de reforma do Governo, o novo paradigma de financiamento público da RTP, disse que, com o fim da indemnização compensatória, a empresa passará a ser financiada através da Contribuição para o Audiovisual (CAV), modelo este que garantirá uma maior transparência na medida em que passará a existir, quer uma maior responsabilização do serviço público perante os cidadãos, quer um maior controlo dos fluxos de financiamento do Estado para a empresa, garantindo-se também, dessa forma, uma maior independência do serviço público de rádio e de televisão.

Frisou, igualmente, que o novo modelo de governação terá como ponto fundamental o Conselho Geral Independente (CGI), para onde serão transferidos os poderes até agora detidos pela tutela, que ficará encarregue de nomear a administração da empresa e de supervisionar o cumprimento das obrigações de serviço público da estação, que não será controlado politicamente pelo Governo e que os seus membros só reportarão à Assembleia da República.

Disse que, ao transferir para este órgão estas competências, o Estado não se estava a demitir do seu dever de garantir o serviço público mas, antes, a criar as condições apropriadas para que essas competências pudessem ser eficazmente exercidas, sem que houvesse uma suspeita de governamentalização, de interferência política. Sublinhou que com o novo modelo haverá melhor Estado e menos Governo, que deixará de ter poderes de supervisão, só ficando com a tutela financeira da empresa.

Por outro lado, disse, a independência do CGI será assegurada não só pelos critérios de nomeação, mas também pelas condições de exercício de funções dos seus membros, que deverão ser personalidades de reconhecido mérito, assegurando uma adequada representação geográfica, cultural e de género, com experiência profissional relevante e indiscutível credibilidade e idoneidade pessoal, com mandatos não renováveis. Dos seis elementos desse Conselho, o Governo indigitará dois, o Conselho de Opinião outros dois e, depois, esses quatro indicarão mais dois membros, tendo todos eles que ser ouvidos pela Assembleia da República

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Mónica Ferro (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Cecília Honório (BE), Carla Cruz (PCP) e Inês de Medeiros (PS).

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) perguntou de que forma é que os estatutos poderiam ser um garante da transparência; como é que este modelo de financiamento poderia garantir a prestação de um serviço público de qualidade; como iria ser feita a articulação entre os vários órgãos sociais da empresa (Conselho Geral Independente, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Opinião); e como é que o novo modelo poderia reforçar a capacidade de gestão do Conselho de Administração e até promover a sua autoridade interna.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) perguntou ao Senhor Ministro como é que a RTP poderia ser uma dinamizadora dos produtores independentes; como é que a empresa se poderia articular com o mercado e estimular a produção independente; como seria o futuro desta relação; como seria feita a renovação de quadros para a perpetuação da imagem de qualidade da RTP; como seria a monitorização feita pelo Parlamento da atividade do CGI; qual seria a oferta da RTP em termos de conteúdos; e quais seriam os futuros canais da RTP Internacional.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) perguntou se o Conselho de Administração era um braço do Governo dentro da empresa; porque é que, neste novo modelo de financiamento através da CAV, não foi feita a opção de cada português pagar 3 euros, em vez de 2,65 euros, para tentar resolver o problema da falta de dinheiro com que se defronta a RTP; se o sufoco financeiro não iria conduzir ao desmantelamento, peça a peça, da RTP; qual o significado de a RTP ser um regulador do mercado audiovisual e dinamizador da produção independente; qual o conceito de serviço público que estava por detrás da opção estratégica feita no contrato de concessão, de apostar na desclassificação e na degradação dos compromissos de produção interna da RTP; qual o futuro da RTP2; quais as consequências do despedimento coletivo e a opção pela externalização; qual o modelo de governação proposto e o fator de correção da LUSA.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) perguntou se os salários de março iriam ou não ser pagos; como se poderia resolver o problema da insuficiência do financiamento por via da CAV e da publicidade, e da falta de condições dos produtores independentes para concorrer com o mercado; como poderia haver serviço público sem produção dentro da RTP; como se poderia garantir a independência com este modelo de financiamento e com a proposta de criação do CGI; como iria ser feita a supervisão por parte do CGI e quem fiscalizaria a execução do novo contrato de concessão do serviço público; se iria ou não haver alargamento da TDT e se teria ou não a RTP informação; qual a razão de ser do desinvestimento na rádio quando os seus emissores estavam obsoletos.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) debruçou-se sobre a asfixia financeira da RTP; a razão de ser dos consumidores nacionais pagarem um serviço internacional que não lhes é dirigido e ao qual só têm acesso se tiverem assinatura por cabo; o número de trabalhadores que vai ter de sair da RTP; quem vai definir as orientações estratégicas; a independência dos diretores de programas; a falta de identidade própria da RTP2 depois de ter sofrido um corte no seu orçamento de 17 para 4 milhões de euros e deixado de ter diretor de programas; o desmantelamento das delegações regionais da RTP e da LUSA e possibilidade de se ter uma televisão de proximidade.

O Senhor Ministro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que o canal de informação deve ter uma vocação de proximidade e, no futuro, pode vir a ter janelas regionais; que a RTP2 deve ter um serviço de programas com forte identidade cultural; que as alterações introduzidas no Conselho de Opinião visam torná-lo ainda mais representativo, quer ao nível dos representantes das comunidades portuguesas quer ao nível da participação dos trabalhadores.

Acrescentou, ainda, que o CGI vai exercer de uma forma mais eficaz os poderes da tutela sectorial; que, sendo nomeado pelo CGI, o Conselho de Administração vai ver reforçada a sua capacidade de gestão efetiva e deixar de ser visto como um braço do Governo dentro da empresa; que a RTP vai dinamizar o mercado audiovisual independente e apostar na procura de conteúdos aos criadores portugueses; que vai haver menos produção por parte da RTP; que a aposta na externalização vai fomentar e promover um mercado audiovisual mais rico e diversificado; que a RTP vai apostar na massa crítica existente dentro da empresa para interagir com os mercados, e daí a criação de um núcleo de editores, de um centro de criatividade para gerar uma identidade diferenciadora dos conteúdos.

O Senhor Ministro adiantou ainda que vai ser feita uma avaliação anual dos membros do CGI pela Assembleia da República; que há uma insuficiência de oferta por parte da TDT; que não tem qualquer conhecimento de que a RTP não tenha dinheiro para pagar os salários de março; que a RTP tem um orçamento maior do que o total do investimento publicitário em todas as televisões; que a RTP, com 1800 trabalhadores (quando as privados têm 400), tem de reduzir os recursos humanos, com o menor custo social possível, até para poder investir na grelha e em conteúdos; que não tem conhecimento que exista algum problema nas infraestruturas da rádio; que os diretores de conteúdos vão ver reforçada a sua independência; que o CGI deve ter um papel muito

relevante na análise das propostas de conteúdos e de novos serviços de programas; que devem ser os portugueses a pagar o serviço internacional da RTP através da CAV; que o novo contrato de concessão prevê a existência de serviços de programas no Centro de Produção do Norte; e que pediu ao Conselho de Administração da RTP para que fizesse um estudo sobre os Centros de Produção dos Açores e da Madeira.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados André Pardal (PSD), Pedro Morais Soares (CDS-PP), Cecília Honório (BE), Carla Cruz (PCP), Inês de Medeiros (PS).

Foram reiteradas muitas das questões anteriormente colocadas, além de terem sido solicitados esclarecimentos sobre o futuro relacionamento entre o CGI e o Conselho de Administração e do atual Conselho de Administração com o novo modelo societário; a tradução do novo modelo societário em termos de transparência e eficácia; a vocação do Centro de Produção do Norte; a nova orientação estratégica para os serviços internacionais; a aposta em novos mercados e novos conteúdos por parte da RTP Internacional e RTP África.

Acresceram, no rol das questões colocadas, a avaliação da produção interna; a razão de ser da opção dos 2,65 de euros do valor da CAV, em vez dos 3 euros propostos; o destino dos centros regionais e o seu futuro; o fator de correção da LUSA; o futuro das delegações; o sistema de rádio digital e os emissores obsoletos; a modernização das comunicações; e, por fim, as declarações feitas pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP numa entrevista dada ao *Diário de Notícias* de que «há trabalhadores da RTP que não fazem puto».

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.

Na terceira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Hermínia Azenha, Paula Gonçalves e Ana Oliveira (PSD), Paulo Almeida e Raúl de Almeida (CDS-PP), Carlos Enes, Agostinho Santa e Pedro Delgado Alves (PS), Cecília Honório (BE) e Carla Cruz (PCP).

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo, que se encontra disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140211.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 14 horas e 15 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 11 de Fevereiro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Carlos Enes
Filipe Neto Brandão
João Lobo
Jorge Rodrigues Pereira
Paula Gonçalves
Pedro Morais Soares



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Portugal

Lídia Bulcão

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 29/04/2014.